

## **A PRODUÇÃO ALTERNATIVA NO ASSENTAMENTO SUL BONITO/ ITAQUIRAÍ/MS: O CASO DO GRUPO DE AGROECOLOGIA TERRA VIVA<sup>i</sup>**

### **ALTERNATIVE PRODUCTION IN SUL BONITO SETTLEMENT/ ITAQUIRAÍ/MS: THE CASE OF TERRA VIVA AGROECOLOGY GROUP**

Daiane Alencar da Silva  
Universidade Federal da Grande Dourados  
daianeufgd@hotmail.com

#### **RESUMO:**

Este artigo apresenta a produção alternativa desenvolvida no assentamento rural Sul Bonito relacionado ao cultivo de orgânicos pelo Grupo de Agroecologia Terra Viva. O assentamento Sul Bonito está localizado no município de Itaquiraí no Estado do Mato Grosso do Sul. Este assentamento surgiu de uma fazenda desapropriada denominada “Empresa Água Mansa Ltda.” e contava com cerca de 6.653 hectares. É constituído por 421 lotes, organizados inicialmente por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso do Sul – FETAGRI, sendo implantado em dezembro de 1996. Entendendo ser a produção orgânica uma das alternativas encontradas pelos assentados para se (re) organizarem e continuarem permanecendo no campo. Para essa investigação utilizou-se de procedimentos metodológicos teóricos, através de revisão e aprofundamento de leitura dos referenciais que estudaram a temática e área de estudo. Concomitante a essa etapa, foram realizadas visitas e entrevistas na área do assentamento, buscando informações e dados que pudessem agregar a pesquisa à realidade vivenciada pelos moradores do assentamento. Nas discussões levantadas e apontamentos, percebeu-se que a atividade de produção de orgânicos no Sul Bonito em Itaquiraí tem se manifestado como a principal fonte de renda de alguns assentados, que buscam a permanência no campo através de alternativas que possam ser realizadas levando em consideração, principalmente, a soberania familiar e alimentar.

**PALAVRAS-CHAVE:** assentamento rural; produção alternativa; agroecologia; meio ambiente; Mato Grosso do Sul.

**ABSTRACT:**

This article presents the alternative production developed in the rural settlement related to organic farming by the Group for Agroecology Viva Terra Beautiful South. The Sul Bonito settlement is located in the municipality of Itaquiraí in the state of Mato Grosso do Sul. This settlement arose from an expropriated estate known as "Mansa Water Company Ltda." And had about 6,653 hectares. It consists of 421 lots, initially organized by social movements such as the Landless Workers Movement - MST and the Federation of Agricultural Workers of Mato Grosso do Sul - FETAGRI being deployed in December 1996. Understanding the organic production is one of alternatives found by the settlers to (re) organize and continue staying on the field. For this research the theoretical methodological procedures we used, by reviewing and deepening reading of the references that have studied the issue and study area. Concomitant to this step, visits and interviews were conducted in the settlement area, searching for information and data which could add research to the reality experienced by the residents of the settlement. Raised in discussions and notes, it was noticed that the activity of organic production in Sul Bonito in Itaquiraí has manifested itself as the main source of income for some settlers, who seek to stay in the field through alternative that can be carried out considering mainly family and food sovereignty.

**KEYWORDS:** rural settlement; alternative production; agro-ecology; environment; Mato Grosso do Sul.

## INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi utilizado como procedimentos metodológicos a análise de referencial bibliográfico sobre a área de estudo, o

aprofundamento em temas relacionados diretamente com a pesquisa e o local, além de obtenção de informações com entrevistas e trabalhos de campo na área de interesse: o Assentamento Sul Bonito e o município de Itaquiraí-MS. Este trabalho mantém como base principal de informação a análise empírica, pois se entende que somente assim seria possível abordar um amplo debate acerca de questões muito próprias da área de estudo e dos sujeitos envolvidos no processo.

O assentamento rural Sul Bonito, localizado no município de Itaquiraí-MS, está distante cerca de 400 quilômetros da capital do Estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Em relação à cidade de Itaquiraí, dista em torno de 08 km e a 200 km de Dourados, a cidade que centraliza os serviços em âmbito regional - como hospitais, clínicas e comércio - e, possui maior influência na região, onde está localizada a Unidade Avançada do INCRA, responsável pelos assentamentos da região.

O assentamento foi implantado em dezembro 1996 e possui área de 6.375 ha. O projeto de assentamento no Sul Bonito beneficiou 421 famílias, sendo que cada lote tem em média 16 hectares. Cumpre lembrar, que isso varia em virtude da localização e dos recursos do lote, como acesso a água e proximidade às principais estradas que cortam o assentamento. Dos 421 lotes, 48 lotes estão localizados às margens do rio Paraná. As áreas de encosta do Rio Paraná foram loteadas pelo INCRA na promoção da Reforma Agrária no município, sem respeitar a distância exigida, pela legislação ambiental, de mata ciliar correspondente ao rio, o que tem gerado alguns transtornos para o município. Estão presentes, na organização dos assentados, os movimentos sociais do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –, e da FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do MS. No assentamento, existe um grupo coletivo liderado pelo MST e denominado Chico Mendes. As famílias assentadas no Sul Bonito ainda não receberam os títulos dos lotes.

Esse assentamento surgiu da desapropriação de uma fazenda denominada “Empresa Água Mansa Ltda”, que abrangia cerca de 6.653 ha. Algumas histórias sobre o uso dessa região são constatadas no texto de Farias (2002),

O local além de bonito, está envolvido por um ar misterioso que encobre uma história de torturas e antigos empregados da fazenda (...) duas mulheres que narravam os fatos e mostravam as árvores

em que as pessoas eram amarradas e submetidas a diversas atrocidades. Esforçavam-se para que nós também enxergássemos os furos de balas nas árvores, selando a afirmação de que a terra era indevidamente utilizada e que a justiça, com tais arrendatários, foi feita mediante a desapropriação da fazenda e de sua reutilização com fins sociais. De acordo com os relatos, os jagunços amarravam as pessoas nos eucaliptos e torturavam-nas até matá-las. Isso ocorria com famílias inteiras de arrendatários. Tais fatos são reforçados pela existência, segundo as mulheres, de um cemitério clandestino que poderia desmascarar toda a trágica ação de barbárie e violência que marca a história da fazenda (FARIAS, 2002, p.161-162).

Diante do relato, observa-se que a área da fazenda, desapropriada para a reforma agrária, era utilizada e administrada com “leis” próprias de punição e “justiça” pelos empregados do local, coibindo a presença de arrendatários das terras, através do uso da violência.

A trajetória dos assentados iniciou-se com o acampamento na Fazenda Água Limpa, de 1994 até 1997, quando finalmente tomaram posse de seus respectivos lotes. Em relação a essa trajetória de retorno a terra, Farias (2007) lembra que,

As famílias relembram com saudades o retorno a terra, o tempo da infância no campo, rompido, muitas vezes, pela dívida com o banco, que expropriou a família do aconchego do sítio, da fartura, da vida sossegada. Dessa forma, chegar ao assentamento é mais que isso, é conseguir alcançar o sonho de regressar a terra que, neste momento, é sua e de sua família. (FARIAS, 2007, p.43).

Refletindo sobre a trajetória de retorno da família ao campo, esta é uma realidade que se aplica a inúmeras famílias que foram expulsas das áreas rurais, principalmente, pelas dívidas geradas com a produção, relacionadas às intempéries climáticas ou a ausência de instrução e assessoria técnica para o desenvolvimento de atividades produtivas, ocasionando dívidas impagáveis com as agências de fomento e bancos. Por diversas vezes, é esse o motivo da expulsão de famílias inteiras das áreas rurais, tornando assim, a aquisição do lote em assentamentos rurais, o retorno ao campo esperado por muitos.

Sobre o processo de assentamento das famílias acampadas, Farias (2002), aponta que,

No mês de outubro, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) iniciou o loteamento da área, processo também marcado por confrontos (...) um dos pontos negociados era a manutenção do módulo médio de 16 ha. E da divisão interna do assentamento. Dessa forma, o grupo ligado ao MST permaneceria em uma área próxima ao rio Paraná, na mata, com a sede e com 70% da área de plantação de cana-de-açúcar. O sorteio foi realizado no dia 19 de dezembro de 1996 (FARIAS, 2002, p. 117).

Essa divisão dos lotes através do sorteio coloca em questão as relações sociais que foram desenvolvidas pelos sujeitos no longo período de acampamento, com relações de vizinhanças e parentesco, além dos “favores” que aproximavam os acampados nos momentos de adversidades.

Muitas famílias acampadas desistiram antes mesmo de conseguirem a posse dos lotes, devido ao tempo vivido no acampamento que era permeado de violência, medo e insegurança. Ficaram acampadas aproximadamente mil famílias, ao final restaram pouco menos de 200 famílias, que resistiram em busca do lote.

Quando os assentados chegaram aos lotes foi um momento de muita preocupação, pois a infraestrutura mínima para que as famílias pudessem construir seus “barracos” demorou a ser efetivada. A primeira decisão a ser tomada pelas famílias era em relação à construção do barraco de lona e, quando possível, a perfuração do poço, além de iniciar uma pequena roça para suprir as primeiras necessidades.

O sistema produtivo implantado no estado de Mato Grosso do Sul tem como base principal o agronegócio, voltado para a produção de monoculturas, como grãos, principalmente soja e milho e pecuária. A perpetuação deste modelo de produção no estado dificulta a inserção de novas alternativas produtivas que não aquelas inseridas no processo agroexportador e agroindustrial. Em resposta a isso, há o surgimento de grupos resistentes a esse modelo produtivo, que buscam a inserção no mercado através de produções alternativas, como é o caso da produção orgânica desenvolvida por um grupo de assentados do Sul Bonito.

Nos apontamentos levantados nos estudos de Lucato Moretti e Almeida (2009, p.86-87) fica claro que se faz necessária uma reflexão sobre a produção territorial em Mato Grosso do Sul, procurando identificar o que se apresenta como o “novo”, como o “alternativo” em relação à base produtiva instalada. Essa reflexão se

concentra em entender e analisar como a territorialização do agronegócio tem suprimido as possibilidades de ampliação da produção em escala familiar, nos assentamentos rurais, por exemplo.

Esse modelo está pautado no que Rodrigues (1998) levanta como sendo a “produção destrutiva”.

Corresponde à produção destrutiva que se caracteriza pelo incessante uso de recursos naturais sem possibilidade de reposição. Os recursos da natureza - não renováveis - uma vez utilizados não podem ser reutilizados e assim os ciclos da natureza e da apropriação da mesma pela sociedade são necessariamente problemáticos. Os recursos tidos como renováveis estão se aproximando, pelo uso destrutivo, dos não renováveis e assim complexifica-se a problemática ambiental. (RODRIGUES, 1998, p.08).

Lucato Moretti e Almeida (2009) entendem como produção destrutiva quando se impõe sistemas produtivos que desconsideram a história, a cultura e os modos de vida das populações locais; quando promove a pilhagem dos elementos da natureza, como o solo e a água, para a produção de produtos agrícolas destinados a atender necessidades nem sempre essenciais, mas produzidas para a geração da riqueza (LUCATO MORETTI; ALMEIDA, 2009, p.86-87). Nesse sentido, o modelo produtivo adotado no estado de Mato Grosso do Sul estaria instalado como um modelo de produção destrutiva.

Para Hespanhol (2008, p.117), a sociedade vive um momento de busca por uma vida mais saudável, que pressupõe entre outras condições, o consumo de produtos de boa qualidade. Essa constatação, segundo o autor, aliada a uma maior consciência ecológica, à crescente desconfiança nos sistemas de produção de alimentos convencionais em decorrência de vários problemas ocorridos recentemente, como a doença da vaca louca, a contaminação de alimentos, o ressurgimento da febre aftosa, a expansão da gripe aviária e as muitas dúvidas que ainda cercam os produtos transgênicos, têm levado a uma crescente expansão do consumo de alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos.

## O SISTEMA AGROECOLÓGICO NO ASSENTAMENTO SUL BONITO

A agroecologia tem sido reafirmada como uma ciência ou disciplina científica, ou seja, um campo do conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos permitem estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, apud SAQUET, 2008, p. 143), que são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em favor do desenvolvimento rural sustentável.

Nesse contexto, a agroecologia se apresenta como um “processo alternativo” e diferenciado em relação ao modelo dominante de sociedade. (LUCATO MORETTI; ALMEIDA, 2009, p.87).

Este modelo dominante de produção foi implantado após a Segunda Guerra Mundial, chamada de Revolução Verde, que no Brasil tem seu período de maior incidência durante as décadas de sessenta e setenta. Foi um período que se caracterizou pela industrialização e modernização da agricultura, o aumento no uso de maquinários em substituição a mão de obra humana no campo, de insumos químicos com a finalidade de aumentar a quantidade de produtos e atender a necessidade do mercado, da inserção maciça das sementes híbridas, da irrigação e principalmente, da monocultura. Esse modelo, como demonstra os estudos de José Graziano da Silva, criou profundas desigualdades econômicas e sociais no campo tornando o pequeno agricultor “(...) dependente dos mecanismos estruturais do mercado” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.136).

Para Martine e Garcia (1987), o pacote tecnológico da Revolução Verde era composto de sementes melhoradas, de mecanização, de insumos químicos e biológicos e prometia viabilizar a modernização agropecuária de qualquer país, aumentando a sua produção, por meio de sua padronização em bases industriais.

Mas a adoção desse pacote da Revolução Verde denominado de “modernização da agricultura” trouxe impactos negativos sobre a sociedade e o meio ambiente, através do uso intensivo do solo e da utilização de insumos químicos que degradam e poluem o ambiente. O rápido processo de adoção de inovações tecnológicas na agricultura e a intensificação da concentração fundiária provocaram o êxodo de milhares de colonos, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários

de terras que foram obrigados a saírem do campo para os centros urbanos mais industrializados. (HESPANHOL, 2008, p.120).

Além disso, há uma parcela significativa de trabalhadores que ao não ser absorvida pelo mercado de trabalho urbano ou por ficar desempregado ao ser substituído pelas máquinas nas atividades agrícolas, passaram a se organizar em movimentos sociais, como o MST, reivindicando o acesso a terra por meio da realização da reforma agrária.

Além dos impactos negativos no aspecto social, a modernização da agricultura trouxe o agravamento dos problemas ambientais, que segundo Hespanhol (2008),

(...) são derivados da compactação dos solos em razão da intensa mecanização das atividades agropecuárias e da utilização indiscriminada de agrotóxicos. Dessa forma, tornaram-se frequentes, a partir dos anos 1970, “os casos de contaminação de trabalhadores rurais, dos recursos hídricos, dos solos e das cadeias alimentares, incluindo os animais, os alimentos e o próprio homem”. (HESPANHOL, 2008, p.120).

Compreende-se que o modelo adotado como símbolo de progresso e crescimento econômico, está pautado na degradação acelerada do ambiente natural e na geração e concentração de riquezas entre algumas parcelas, mínimas, da população, restando aos demais às consequências de um modelo devastador.

Diante dessas constatações, a agricultura convencional é duramente criticada pelos movimentos sociais e ambientalistas, os quais passaram a demonstrar a nocividade do pacote tecnológico da revolução verde ao solo, à água, à atmosfera, aos animais e à própria saúde e bem estar do homem (HESPANHOL, 2008, p.121).

O processo de modernização agrícola, se por um lado aumentou a produtividade das lavouras, por outro, levou a impactos ambientais indesejáveis. Os problemas ambientais mais frequentes, provocados pelo padrão produtivo monocultor foram: a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos (BALSAN, 2006, p.141).

Surge então, a necessidade de gerar alimentos mais saudáveis, livres de agrotóxicos e que permita maior integração do homem ao meio ambiente. “Os produtores rurais substituíram ou abandonaram o sistema convencional de produção



por outros menos agressivos ao meio ambiente e ao homem” (HESPANHOL, 2008, p.121).

Hespanhol (2008, p.132) aponta as principais vantagens para a adoção do sistema orgânico de produção para os pequenos proprietários rurais, sendo: a) a escala de produção, que por ser menor, favorece a conversão produtiva e permite a produção em pequenas áreas; b) a diversificação produtiva que, em virtude da integração do cultivo de lavouras temporárias e/ou permanentes com a criação de animais, pode facilitar a adoção do sistema orgânico, ao mesmo tempo em que garante maior estabilidade econômica; c) o maior envolvimento direto do produtor e dos membros da família, favorecendo tanto o maior controle sobre o processo produtivo quanto a maior capacidade de absorção desta mão de obra; d) a menor dependência de insumos externos, devido ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na propriedade; e) a possibilidade de eliminação do uso de agrotóxicos, que contribui para a redução dos custos de produção; e f) os menores custos envolvidos na produção, resultando em melhores relações custo/ benefício e maiores rendas efetivas.

Esse novo modelo de produção, colocado por Hespanhol (2008, p.124) de Agricultura Alternativa e Agroecologia, surgiu inicialmente de forma marginal e em contraposição à agricultura convencional ou produtivista e hoje se apresenta em expansão.

Nos estudos de Campanhola e Valarini (2001) são apontados pelo menos cinco motivos para se entender a ampliação do mercado de produtos orgânicos no Brasil, levando em consideração que algumas tiveram maior ou menor grau de importância de acordo com a região:

A primeira é que esta tenha partido dos próprios consumidores, preocupados com a sua saúde ou com o risco da ingestão de alimentos que contenham resíduos de agrotóxicos (...). A segunda razão é que a demanda tenha se originado do movimento ambientalista organizado, representado por várias ONGs preocupadas com a conservação do meio ambiente, tendo algumas delas atuado na certificação e na abertura de espaços para a comercialização de produtos orgânicos pelos próprios agricultores (...). A terceira seria resultado da influência de seitas religiosas, como a Igreja Messiânica, que defendem o equilíbrio espiritual do homem por meio da ingestão de alimentos saudáveis e produzidos

em harmonia com a natureza. A quarta razão teria como origem os grupos organizados contrários ao domínio da agricultura moderna por grandes corporações transnacionais (...). E o quinto motivo seria resultado da utilização de ferramentas de “marketing” pelas grandes redes de supermercados, por influência dos países desenvolvidos, que teriam induzido demandas por produtos orgânicos em determinados grupos de consumidores. (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001, s/p).

Observamos que as questões apontadas como sendo incentivadores da mudança de hábitos da população, ainda sofre influência direta do mercado, pois muitos produtores de orgânicos estão à mercê dos meios de comercialização, tendo que superar obstáculos como valor do produto, concorrência, logística e ausência de assistência técnica para melhorias no sistema produtivo.

Tausher *et al.* (2003) comentam, de forma comparativa e resumida, as principais diferenças entre o sistema convencional e o orgânico, destaca-se as principais diferenças entre os dois modos produtivos apresentados.

O sistema de produção convencional é, na maioria das vezes, caracterizado por uma menor biodiversidade de espécies, enfocando as monoculturas. Os métodos e técnicas de produção são usados e ampliados através de um maior consumo de insumos agrícolas e energia. Solos e trabalho são substituídos por capital e tecnologias. É um sistema de produção marcado pelas monoculturas, com o preparo e uso do solo de forma intensiva. Para a proteção das plantas contra pragas e doenças são usados os mais diversos defensivos agrícolas, embora não sejam observadas as doses e os períodos de carência dos produtos utilizados. O emprego de organismos geneticamente modificados e/ou outras técnicas de engenharia genética são permitidos. (TAUSHER *et al.*, 2003, s/p).

Já no modo de produção orgânico, Tausher (2003 s/p) explica,

O sistema de produção orgânico é mais complexo e orientado. A produção é totalmente ecológica visando à qualidade elevada dos produtos.

A fertilidade natural do solo é preservada através do emprego de métodos conservativos com o uso de esterco, adubação verde e restos de colheitas, o que eleva bastante a atividade microbiana e melhora a estrutura física dos solos. São utilizados o uso de controle biológico de pragas e doenças através de inimigos naturais e outras técnicas. Há proteção do meio ambiente. Recursos não renováveis são poupados. O emprego de técnicas que envolvam manipulação genética e/ou o uso de organismos geneticamente modificados não é permitido. (TAUSHER *et al.*, 2003, s/p).

Diante do exposto, fica evidente que o modelo de produção orgânico gera mais vantagens ao meio ambiente e ao homem em relação ao modelo convencional. Além de permitir a constituição de bases mais solidárias e melhorias nas condições de vida das famílias envolvidas no processo de produção e consumo dos alimentos orgânicos.

A agroecologia nos faz pensar que uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social, proporciona melhores condições econômicas para os agricultores, aliada à segurança alimentar dos próprios produtores e consumidores em geral (SAQUET, 2008, p.143).

Para Florit (2002, p.82) a crítica à agricultura moderna tem focado especialmente as consequências indesejadas da produção de alimentos conformada pela modernização agrícola, focalizando em três níveis de riscos intimamente interrelacionados entre si. Sendo eles,

Os riscos ambientais (poluição, perda de biodiversidade, erosão dos solos, entre outros), os riscos sociais (por exemplo, a marginalização das populações que não se “modernizam”, êxodo rural, consequências a saúde dos trabalhadores rurais) e os riscos alimentares (presença de agrotóxicos nos alimentos comercializados, diminuição geral da qualidade biológica dos mesmos e, mais recentemente, as incertezas geradas pelo uso de variedades geneticamente modificadas). (FLORIT, 2002, p.82).

Em relação aos agrotóxicos, o autor acena que do ponto de vista agrônomo tem-se apontado que a degradação geral dos agroecossistemas tem constituído um círculo vicioso que leva a uma cada vez maior, utilização desses produtos:

Embora os agrotóxicos possam baixar drasticamente a população de pragas em curto prazo (aspecto evidentemente muito atrativo para os agricultores), eliminam também os seus predadores naturais, e desta forma essas populações com frequência se recuperam, até alcançar números ainda maiores do que antes. Isso acarreta a necessidade de os agricultores precisarem usar cada vez mais agentes químicos, num ciclo cumulativo de dependência. (FLORIT, 2002, p.87).

Existem vários aspectos que favorecem a implantação do sistema de produção orgânico no Brasil, levando em consideração a extensão territorial, a qualidade dos solos e o clima.

Segundo Marques (2004), o Brasil possui área agricultável disponível de aproximadamente 152 milhões de hectares, o que corresponde a 17,9% da área total do território nacional, mas utiliza apenas em torno de 62 milhões de hectares, ou seja, 7,3% do território. Além disso, possui clima diversificado e solo invejável a outros países. Os solos, na sua maioria, são profundos e férteis permitindo o cultivo de uma grande variedade de plantas anuais e perenes. A existência de clima tropical e subtropical, aliado às boas condições de solo, permite o cultivo de várias espécies frutíferas e hortaliças, vantagem de existem em poucos países do mundo, o que torna o Brasil um país privilegiado (SAQUET, 2008, p.143-144).

Todas essas condições incentivam a transição do sistema convencional para o sistema de cultivo orgânico. De acordo com Willer e Yussefi (2006, apud SAQUET, 2008, p.144) a área cultivada com agricultura orgânica no Brasil, apesar do aumento significativo nos últimos anos, é de apenas 0,34% sobre o total de área agricultável, valor que fica muito aquém quando comparado com o total de área agricultável disponível do país.

Referente à expansão da área cultivada com produtos orgânicos no mundo, Willer; Yussefi (2004) asseguram que em 2003 era de 23 milhões de hectares, abarcando mais de 460 mil propriedades rurais, o que, entretanto, representava pouco menos de 1% do total das terras com lavouras e pastagens no mundo. Essa área ocupada no sistema orgânico encontrava-se assim distribuída: 46,3% na Oceania; 22,6% na Europa; 20,8% na América Latina; 6,7% na América do Norte; 2,6% na Ásia; e 1,0% na África.

De acordo com os levantamentos de Hespanhol (2008, p.130-131), no ano de 2006, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA divulgou um diagnóstico do país, no qual se constatou que 800 mil hectares eram utilizados no sistema orgânico, envolvendo cerca de 15 mil produtores, como demonstra os dados da Tabela 1 a seguir.

**Tabela 1 - Produção de Orgânicos no Brasil: área cultivada e número de produtores – 2006.**

<i>Regiões</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>%</i>	<i>Número de Produtores</i>	<i>%</i>	<i>Área média (ha)</i>
Norte	8.000	1,0	600	4,0	13,3
Nordeste	72.000	9,0	1.950	13,0	36,9
Sudeste	80.000	10,0	1.500	10,0	53,3
Sul	120.000	15,0	10.200	68,0	11,7
Centro-Oeste	520.000	65,0	750	5,0	693,3
<b>Total</b>	<b>800.000</b>	<b>100,0</b>	<b>15.000</b>	<b>100,0</b>	<b>53,3</b>

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 2006. In: HESPANHOL, 2008, p.131.

Nota-se que a região Centro-Oeste se destaca entre as demais em relação à área média produzida por orgânicos, mas o número de produtores não é tão expressivo, demonstrando que há produção em larga escala, característica marcante na agricultura dessa região.

No município de Itaquiraí, Mato Grosso do Sul, existem pequenos produtores rurais que estão desenvolvendo a produção orgânica, através da iniciativa de um produtor do assentamento Sul Bonito.

De acordo com Comar e Menegat (2009, p.06) o grupo era composto inicialmente por seis produtores do assentamento Sul Bonito e duas famílias do assentamento Indaiá, sendo eles: Antônio José da Silva – lote 143; Airton Aparecido da Silva – lote 28; Cícero Carneiro – lote 148; Crenira Francisca da Silva – lote 189; Gilmar Antunes – lote 70 e, Luís Pinto Barbosa – lote 132. Do assentamento Indaiá participam do grupo as Sras. Santana Ribeiro dos Santos – lote 305 e Raimunda Figueiredo – lote 457.

Quando realizamos a pesquisa no campo, estavam participando de maneira ativa os assentados Cícero Carneiro e Luís Pinto Barbosa, ambos entrevistados sobre a produção orgânica no assentamento Sul Bonito.

O senhor Cícero Carneiro, do lote 148, foi um dos primeiros agricultores do assentamento que tomou conhecimento da produção agroecológica, por meio de “um seminário sobre produção de mel”, oferecido pela Associação de Agricultores Orgânicos de Mato Grosso do Sul – APOMS, em Itaquiraí, em 2006, e já trabalha

com a produção de orgânicos há cinco anos. A partir das discussões do seminário, reconheceu a necessidade de mudança em seu sistema de produção, segundo seu próprio relato em entrevista realizada pelas pesquisadoras Comar e Menegat (2009):

Tinha muita coisa que eu plantava, mas perdia por causa do frio ou da seca, não tinha garantia de nada e em 2006 teve um seminário da APOMS na Escola Agrícola que eu e mais alguns companheiros assistimos. A partir daí comecei a procurar informações sozinho, por vontade própria e estudar, ganhei um livro e passei a noite lendo. Comecei a fazer experiência aqui e ali (...). Umas deram certo, outras não (...) Plantei mil mudas de erva-mate que morreram por causa da seca, mas agora já arranjei mais que vou plantar de novo. Comecei então, a pensar sobre a água e a nascente que tem no sítio, que nasceu dentro da voçoroca, cerquei e cuidei e hoje tem água que derrama da caixa, foi então que comecei a irrigar com aquele sistema de gotejamento que você viu, eu que inventei (...). Tenho plantado guandu para fazer adubação verde e dar para os animais, plantei pupunha e um monte de outras sementes que vou catando por aí e guardando, coisa que muita gente não tem mais (...). Então fui procurar parceiros e encontrei pessoas aqui no assentamento com os mesmos interesses, no início eram só cinco, agora já tem um monte querendo fazer parte do grupo (Entrevista gravada em 10 de março de 2009).

Em trabalho de campo<sup>ii</sup> realizado no assentamento, o Sr. Carneiro relatou-nos sobre sua iniciativa de trabalhar sozinho com agroecologia, e, segundo ele, as dúvidas de como iniciar a produção e mantê-la era o maior empecilho para alavancar a produção.

A minha bíblia é o livro que ganhei, ele fala desde o início da agricultura, começa lá atrás, 50 anos atrás, a nível mundial. Eu estudei aquele livrinho, qual era minha dúvida: como que eu vou produzir, se eu vou plantar uma coisa, aí eu vou ver os insetos chegarem e destruir aquilo lá? Eu não vou plantar, eu não quero perder. Então não tinha alternativa, como que eu vou combater as pragas que poderiam vir, e nesse livrinho tinha tudo quanto é receita, falei: agora eu tenho o que eu precisava, eu tenho a receita na mão. Aí eu falei: agora eu vou trabalhar, comecei sozinho. Através desse seminário que teve na escola família me reanimou mais ainda, vi que tinha o selo, vi que tinha gente pra pedir apoio. Eu vou seguir em frente. (Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2010).

Cabe ressaltar, que a busca independente pelo conhecimento produtivo torna-se necessária mediante a ausência de assistência técnica, especializada em

agroecologia, que poderia suprir a falta de conhecimento sobre alternativas de produção em assentamentos.

Verifica-se no decorrer da pesquisa, através dos trabalhos de campo, que apesar dos assentados compreenderem a necessidade de diversificar a produção no lote, poucos se interessam de fato nessa atividade com princípios agroecológicos.

A agricultura orgânica, uma forma alternativa de produção, frente às práticas tradicionais agropecuárias, representa a possibilidade de maior fixação do homem no campo, através da produção orgânica o agricultor é capaz de manter o sustento da família e ainda evitar complicações financeiras, sendo este tipo de produção responsável, em muitos casos, pela salvação econômica da família, como afirma o assentado Luis Pinto Barbosa, do Sul Bonito, quando indagado sobre o que melhorou na sua vida e na da família após iniciar a produção orgânica em seu lote.

No caso a gente não tinha geladeira, já tem. Comprei com o dinheiro dos orgânicos. Tinha uma geladeira velha, derrubada, está melhorando aos poucos. Nossa parcela no banco no caso, no prazo certo, que é de 3 em 3 meses, pago uma parcela de R\$ 223,00, como agora mesmo, dia 25 eu paguei lá, vencia dia 30, mas eu já paguei logo dia 25, sobra, já não tem mais dificuldade também. É financiamento, que eu fiz pra construir aquela mangueira, e a cerca. Financiei seis mil, e já estou conseguindo quitar. São mil reais por ano. Falta ainda três anos. (Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2010).

Sobre a comercialização dos produtos orgânicos no município de Itaquiraí, percebe-se que a população local ainda não reconhece a potencialidade desse nicho de mercado, além dos benefícios em adquirir alimentos produzidos no sistema orgânico.

As hortaliças produzidas pelos assentados do Sul Bonito são comercializadas no município de Itaquiraí uma vez por semana, quando os produtores levam até a cidade seus produtos, necessitando alugar meios de deslocamento para o transporte, como o carro, pois os assentados possuem como meio de deslocamento a carroça de tração animal. Ao chegar à área urbana do município, oferecem os produtos nas residências, pois não possuem um lugar fixo de comercialização.

Os agricultores orgânicos precisam superar os obstáculos referentes à comercialização dos produtos, tendo em vista não possuírem, ainda, um ponto fixo

de comercialização, sendo que a divulgação também é precária. De acordo com o Sr. Carneiro, suas hortaliças são entregues na cidade, de forma improvisada.

Eu entrego na cidade. Eu saio vendendo na rua, tem o freguês que a gente sabe mais ou menos que compra, mas a gente vende pra qualquer um.

A feira a gente não frequentava devido ao transporte, porque eu ainda pago o frete, então na feira você tem que ficar lá e não pode sair, e se vender vendeu, se não vender você tem que pagar o frete igual, talvez não viabilize, você paga o frete, você fala “a não vende nem o do frete”. Mas agora eu mudei, sábado eu já fui, se der prejuízo não vai fazer muita falta, o pessoal está cobrando que é para levar na feira então vou começar, mas não saiu muito bem não. (Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2010).

Tentando superar essa dificuldade, o Sr. Carneiro colocou em frente ao seu sítio uma placa de divulgação feita pelo próprio assentado, a fim de atrair consumidores do próprio assentamento, algo que segundo ele tem dado resultado.

O pessoal está vindo buscar aqui em casa, (...). Eu fiz uma placa e coloquei lá em cima. Vem comprar abobrinha, couve, repolho, cebola de cabeça. Do próprio assentamento vem buscar, mas a questão é que não consegue produzir orgânico e água também. (Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2010).



Foto 01-Placa de divulgação de venda de produtos orgânicos no lote do assentado Carneiro.  
Autora: SILVA, D. A. Novembro de 2010.



Foto 02-Etiqueta dos produtos orgânicos do Grupo de Agroecologia Terra Viva, do assentamento Sul Bonito.  
Autora: SILVA, D. A. Novembro de 2010.



No que se refere ao que é produzido pelos agricultores orgânicos, existe uma variedade de hortaliças, frutas e grãos que diversificam a produção, permitindo a não dependência de somente uma variedade de produtos.

Hoje tem erva mate plantada pra longo prazo. Plantei uma vez e morreu tudo, tornei plantar aí pegou uns 60%, já está bom. Tem palmito pupunha, tem as hortaliças, tem tudo que é variedade. Tem couve, tem repolho, tem tomate semeado, tem alface, almeirão, cebola de cabeça, tem feijão, tem milho pipoca, mandioca, uma infinidade, diversificada. Tem feijão granando, tem feijão madurando, tudo que é coisa. E dentro de mil metros quadrado, milho plantado.

Tem caixa de abelha, tem o mel orgânico, estou com dez caixas.

No meio da erva mate eu plantei uma variedade de frutas, ameixa, pitanga, jabuticaba, jaracatiá, nem sei direito o que tem plantado ali.

Tem guavira, cenoura, açaí, beterraba, repolho roxo; mudas de mamão, cedro. Tem ainda mamona, que serve para remédio e contra lagarta. Tem cravo de defunto que serve como repelente e inseticida. Tem canjarana que é madeira de lei, está em extinção. Tem angico e ipê roxo. Tem limão Taiti, tomate, pêra. (Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2010).

Para garantir a permanência dos agricultores no trabalho com orgânicos e conseguir encontrar mais adeptos a essa prática alternativa, o assentado afirma que é importante a formação de um cinturão verde, onde os assentados possam desenvolver suas atividades produtivas sem a ameaça de agrotóxicos nos lotes vizinhos, o que poderia prejudicar a produção.

O mais importante que os que estão aqui é tudo quase que vizinhança, só tem um mais fora, retirado, mas a maioria é quase vizinho. Então nos estamos formando uma cerca aqui pra não entrar nada de fora, aqui não vai plantar nada de agrotóxico, então você já tem uma proteção. Eu posso dizer que sou privilegiado, o vizinho de cima não usa nada e já estamos conversando pra ele ficar no grupo do banco de sementes. (Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2010).

Em função da ausência de conhecimento por parte da população de Itaquiraí em relação aos produtos orgânicos, os produtos não podem ser vendidos a um valor muito acima dos produtos convencionais, tendo em vista que isso implicaria na pouca comercialização dos produtos.

Estudando sobre isso, Saquet (2008) constata que se deve levar em consideração o baixo poder de compra do brasileiro, o que o leva a adquirir os produtos de menor preço.

É sabido que os produtos orgânicos possuem custos mais elevados em função do volume de produção e produtividade mais baixos comparados aos convencionais, porém, deveríamos levar em conta, primeiramente a qualidade do produto expressa pelo seu valor nutricional e segurança alimentar ao adquirirmos os gêneros alimentícios. (SAQUET apud ALVES et al, 2008, p.148)

No que diz respeito aos benefícios advindos com a inserção de atividades produtivas orgânicas, pode-se destacar os benefícios à saúde da população, seja os produtores sejam os consumidores. Na propriedade do Sr. Carneiro os benefícios foram sentidos na própria família, quando os filhos já não apresentam tantos problemas de saúde como antes.

A gente percebeu que depois que começamos a trabalhar dificilmente alguém fica doente, e outra quando fica a gente já sabe qual o remédio que vai tomar, ou você já toma ele antes. Por exemplo, tem a hortaliça então já vamos fazendo a saladinha, a gente faz suco de couve, suco de beterraba, fanta de cenoura, essas coisas. (Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2010).

É preciso destacar as dificuldades que surgem na produção orgânica. Nem todos os assentados conseguiram lotes com abundância de água, muitos assentados receberam lotes que a precariedade de água se torna um grande empecilho para o desenvolvimento de atividades produtivas, como a agricultura. Afirma o Sr. Luis, “aqui não tem água fácil, tem água mais é da rua, só da pra horta mesmo. Aqui na roça tem que esperar a chuva, só Deus pra aguar. Agora ta bonita, mas eu sofri um pouco, teve uma seca aí”.

Os assentados do Sul Bonito que trabalham com orgânicos, além dos desafios impostos pela falta de conhecimento sobre os alimentos orgânicos na região, a cobrança em relação à certificação, as dificuldades com irrigação, ainda precisam superar a pequena área disponível para essa produção.

Mas como afirma Saquet (apud ALVES et al, 2008, p.145-146) o sistema de produção orgânico é viável em pequenas áreas e permite produção em pequena escala. Mesmo que a quantidade produzida pelo agricultor seja pequena, a comercialização de alimentos orgânicos diretamente com os consumidores é possível, quer seja por meio da distribuição em residências, quer seja pela venda em

feiras livres especializadas. A necessidade de aumentar a quantidade disponibilizada para comercialização em determinados pontos de venda, bem como de incrementar a variedade de produtos exige que os pequenos agricultores se organizem em associações.

Como aponta Lucato Moretti e Almeida (2009) a associação se torna um meio viável dos produtores conseguirem resistir ao modelo convencional de produção.

(...) os pequenos produtores rurais que produzem orgânicos tentam por meio desse processo de construção de identidades, agruparem-se em associações e resistem ao domínio do modelo de desenvolvimento agrícola tradicional. Ao mesmo tempo, eles buscam uma nova relação sociocultural e ambiental que possa garantir a sua subsistência enquanto produtores diferenciados, num estado de economia baseado no agronegócio. (LUCATO MORETTI; ALMEIDA, 2009, p.90).

Não se pode deixar de notar a satisfação dos agricultores em trabalhar com a produção orgânica, tendo em vista que encontraram a partir de uma forma alternativa de produção, a possibilidade de ampliar a renda da família, de se desvincular do modo convencional de produção e, além disso, ter a consciência de que estão contribuindo com o meio ambiente, não utilizando agrotóxicos em suas lavouras.

Em consequência da diversificação dos lotes do Sul Bonito, é possível observar a mudança na paisagem do assentamento, que já não se manifesta somente a partir da visão tradicional de pecuária e agricultura, principalmente, cana de açúcar e soja.

A paisagem do assentamento Sul Bonito configura-se de variedades produtivas, observam-se lotes onde existe a pecuária leiteira, a agricultura de subsistência, a produção de hortaliças e pomares, a atividade voltada à piscicultura, a produção aviária, a atividade de silvicultura, a produção orgânica, a produção de artesanatos de fibra de bananeira, etc. É preciso frisar que nem todos os lotes desse assentamento apresentam a diversidade produtiva ressaltada aqui, alguns lotes ainda se retêm ao tradicional, agricultura e pecuária.

Os produtores orgânicos “territorializam” o espaço ao desenvolverem ações concretas e mesmo simbólicas relacionadas à produção agrícola relacionada à busca da sustentabilidade social. A

permanência na terra e o seu uso tem como significado o pertencimento ao lugar (LUCATO MORETTI; ALMEIDA, 2009, p.88).

A produção orgânica no assentamento tem propiciado ao assentado o sentimento de pertencimento ao lugar, de retorno efetivo ao campo. Quando o assentado recebe a terra e inicia os projetos de produção no lote, é praticamente inevitável o endividamento do indivíduo.

É preciso reconhecer as trajetórias de vidas dos assentados, são trajetórias diferentes e, que precisam ser respeitadas. Os assentados têm distintos passados que vão desde a situação de ex-pequenos proprietários que perderam a terra até assalariados urbanos afetados pelo problema do desemprego (ALENTEJANO, 2000, p.95).

Sendo assim, os assentados que optaram por trabalhar com orgânicos, encontraram um modo de superar os obstáculos advindos do mercado capitalista, que se apresenta como opressor, que alienante e explorador do pequeno produtor.

Tendo em vista a necessidade da sociedade atual em melhorar as condições de alimentação, os alimentos orgânicos se colocam com uma alternativa para suprir essa necessidade. E o grupo Terra Viva de produção orgânica se apresenta nessa lógica como um grupo de resistência as práticas tradicionais de produção, o que permite aos assentados permanecerem na terra, produzindo e sobrevivendo do próprio lote, sem precisar abandoná-lo nem procurar fontes de renda fora da propriedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que os produtores orgânicos, apesar das dificuldades relacionadas à produção, como falta de incentivo em relação a comercialização, falta de crédito para produção, etc., tentam superá-las resistindo ao modelo convencional de produção adotado no assentamento Sul Bonito, através do grupo Terra Viva.

É importante ressaltar a que o desenvolvimento desse grupo de produção orgânica no assentamento Sul Bonito, reforça a idéia colocada pelo próprio movimento social, MST, de luta pela terra, sobre a importância dos assentados buscarem alternativas de fonte de renda dentro do lote, e de maneira sustentável, o

que gera e impulsiona melhorias no próprio lote, no assentamento e na sociedade como um todo, através não só da sustentabilidade ambiental que este tipo de produção oferece, mas também, da sustentabilidade social dos próprios envolvidos na prática.

Isso promove a (re) inserção dos assentados produtores de orgânicos na sociedade e no mercado, o que significa o triunfo sobre as adversidades, é como se estivessem retornando à sociedade, inserindo-se novamente nas relações sociais e de produção.

Mesmo sabendo das normatizações que inibem o uso de citações nesta parte do texto, justifica-se para encerrar esse trabalho a fala do assentado Sr. Carneiro, quando durante a entrevista lhe foi perguntado sobre o que ele conseguiu melhorar em seu lote e em sua residência após iniciar a produção orgânica. Esperando uma resposta voltada a compra de bens materiais para a casa ou melhorias na estrutura do lote, o assentado simplesmente responde:

Acho que eu adquiri liberdade, a gente tá se sentindo um pouco independente do mercado. Eu ia na cidade, queria trazer alguma coisa mas eu não tinha dinheiro, tinha que comprar fiado, agora não, eu vou lá, eu vendo dois ou três pés de alface, eu trago o que eu quero e não devo nada pra ninguém. Então é independência. E outra tem que comer em casa, o que tiver, os alimentos com qualidade (Cícero Carneiro). (Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2010).

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Revista Terra Livre, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.

ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BALSAN, R. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira.** Campo-Território Revista de Geografia Agrária. V.01, n.02, p.123-151, ago/ 2006.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília. V.18, n.03, p.69-101, set-dez/ 2001. In: HESPANHOL, R. A. M. Agroecologia: limites e perspectivas.

*In:* ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.18, n.03, p.69-101, 2002. *In:* SAQUET, A. A. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. *In:* ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COMAR, S. E.; MENEGAT, A. S. **A produção agroecológica no assentamento Sul Bonito em Itaquiraí: em estudo de caso**. Artigo de Iniciação Científica. Dourados: UFGD, 2009.

FARIAS, M. F. L. **Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra**. Araraquara, 2002. Tese.

FARIAS, M. F. L. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Revista NERA: Presidente Prudente Ano 10, nº 11, p.33-47, jul/dez 2007.

FLORIT, L. F. **A reinvenção social do natural: natureza a agricultura no mundo contemporâneo**. Porto Alegre, 2002. Tese.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

HESPAÑHOL, R. A. M. Agroecologia: limites e perspectivas. *In:* ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUCATO MORETTI, S. A.; ALMEIDA, M. G. **Território e agricultura orgânica em Mato Grosso do Sul: quando o passado ensina o futuro**. Revista Terra Livre, Ano 25, v.02, n.33, p.85-96, jul-dez/ 2009.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Orgs.) Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987. *In:* HESPAÑHOL, R. A. M. Agroecologia: limites e perspectivas. *In:* ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARQUES, E. S. O estudo da arte da agricultura brasileira. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2004. *In:* SAQUET, A. A. Reflexões sobre a agroecologia

no Brasil. *In*: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço**. Problemática ambiental urbana. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SAQUET, A. A. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. *In*: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TAUSCHER, B. et al. Bewertung Von Lebensmitteln verschiedener Produktionsverfahren. Status Bericht 2003, Senatarbeitsgruppe "Qualitative Bewertung Von Lebensmitteln aus alternativer und konventioneller Produktion". Sanat der Bundesforschungsanstalten, Deutschland, 2003. *In*: SAQUET, A. A. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. *In*: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WILLER, H.; YUSSEFI, M. (Org.) *The World of Organic Agriculture: Statistics and Future Prospects*. 5th revised edition [s.l.]: IFOAM Publication, Feb. 2003, 130 p. *In*: HESPANHOL, R. A. M. Agroecologia: limites e perspectivas. *In*: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Recebido para publicação em 24 de março de 2014

Devolvido para revisão em 17 de maio de 2014

Devolvido para revisão em 04 de novembro de 2014

Aceito para publicação em 06 de novembro de 2014

---

<sup>i</sup> Este artigo compõe a dissertação de mestrado, com título "A produção territorial e as formas de resistência no assentamento rural Sul Bonito em Itaquirai" sob orientação do professor Edvaldo Cesar Moretti, defendida em março de 2011 na UFGD.

<sup>ii</sup> Entrevista realizada com assentado do Sul Bonito, concedida à autora em trabalho de campo no dia 30 de novembro de 2010.